



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS – ICSA
SERVIÇO SOCIAL**

**A INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO, UMA
CONTRIBUIÇÃO PARA O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DO SER SOCIAL.**

MARTA DO ROSÁRIO NOGUEIRA

MARIANA - MG

2021

**A INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO, UMA
CONTRIBUIÇÃO PARA O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DO SER SOCIAL.**

MARTA DO ROSÁRIO NOGUEIRA

Trabalho de Conclusão de Curso submetido
ao Curso de Graduação em Serviço Social da
Universidade Federal de Ouro Preto-UFOP,
como requisito parcial para a obtenção de
título em Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. André Mayer

MARIANA – MG

2021

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

N778i Nogueira, Marta do Rosário.

A Inserção do assistente social na educação, uma contribuição para a emancipação do ser social. [manuscrito] / Marta do Rosário Nogueira. - 2021.

55 f.

Orientador: Prof. Dr. André Mayer.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Serviço social. 2. Capitalismo. 3. Educação. I. Mayer, André. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 364.4(81)

Bibliotecário(a) Responsável: Edna da Silva Angelo - CRB6 2560



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL



FOLHA DE APROVAÇÃO

Marta do Rosário Nogueira

A inserção do Assistente Social na educação: uma contribuição para o processo de emancipação do ser social.

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Aprovada em 09 de Dezembro de 2021

Membros da banca

Dr. André Luiz Monteiro Mayer - Orientador - Universidade Federal de Ouro Preto
Dr. Marlon Garcia da Silva - Universidade Federal de Ouro Preto
Dr. Davi Machado Perez - Universidade Federal de Ouro Preto

André Luiz Monteiro Mayer, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 19/12/2021



Documento assinado eletronicamente por **André Luiz Monteiro Mayer, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 19/12/2021, às 07:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marlon Garcia da Silva, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 22/12/2021, às 15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Davi Machado Perez, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 28/12/2021, às 02:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0260829** e o código CRC **D882658C**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.013400/2021-13

SEI nº 0260829

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35400-000
Telefone: - www.ufop.br

“Uma vida sem desafios, não vale a pena ser vivida”
(Sócrates).

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e a minha família principalmente as minhas sobrinhas, a Rosana que fez me direcionou a este curso e Lourrane por ter estado sempre comigo nos estudos, a família de Sr. Hélio Cardoso por cuidar da minha filha para que pudesse ir as aulas. A atual vice-prefeita de Ouro Preto Regina Braga ao ex-vereador Paquinha e ao atual vereador Luciano do Caminho da Fábrica que me ajudaram em momento de dificuldade, por todos que me apoiaram direta ou indiretamente. A minha amiga e irmã Marcilene Silva pelo apoio mútuo e que me ajudou em todos os sentidos da minha vida, que sempre estará em minhas orações e na minha vida. Aos colegas de classe que serão sempre lembrados, a Bruna Senna que era uma alegria só, minha inesquecível “Ierdinha”. A minha filha Rafaela que algumas vezes esteve comigo no campus participando das aulas sem entender nada. A todos os professores envolvidos nesta conquista, a UFOP que me acolheu com carinho, a todo o quadro de funcionários alegres que obtive o prazer de conversar. Ao meu orientador de TCC, Professor Dr. André Mayer pela atenção, carinho, apoio e dedicação.

A todos a minha eterna gratidão.

DEDICATÓRIA

Dedico todo esse meu trabalho ao meu pai José Pedro Nogueira (in memoria) e a minha mãe Maria Aparecida Azevedo Nogueira que tiveram esforços para criar sete filhas com muito amor carinho, respeito, dedicação e sacrifício. Foram lutas atrás de lutas e eles nunca nos deixaram faltar nada. Sempre desejaram que suas filhas estudassem pudessem ter uma profissão digna. Eles não puderam ter a oportunidade de estudo, ficando meu pai somente com o ensino fundamental e minha mãe sempre muito orgulhosa de ter tido a oportunidade de ser Técnica em Enfermagem. Meu pai lutando ao trabalhar na antiga Alcan em Ouro Preto, na boca de forno, não media esforços para os nossos estudos. Pai onde o senhor estiver essa conquista é sua também, obrigada por tudo sempre o amarei, mãe obrigada pelo apoio e orações essa conquista também é sua.

RESUMO

O presente trabalho trata da inserção dos Assistentes Sociais através da Lei 13.935/2019, nas escolas públicas de ensino básico, feito através de pesquisas bibliográficas, no sentido de entender toda a problemática da educação no Brasil. As fontes de pesquisa foram desde a mercantilização da educação citado no texto Reforma Administrativa e Mercantilização da educação e das políticas sociais, Germinal, Marxismo e educação em debate, as dificuldades de acesso à tecnologia principalmente diante da pandemia da Covid 19 no contexto atual, o livro de Meszáros, Educação Para Além do Capital, Constituição Federal, nos textos informativos do CFESS e CRESS que falam sobre a educação no Brasil e suas problemáticas e dentre outros vinculados ao Serviço Social desde a década de 1930 à política de educação. Porém a lei de regulamentação de inserção do profissional de Serviço Social, nas escolas públicas só se concretizou após uma luta incansável de Conselhos do Serviço Social, de Psicologia e outras entidades de apoio e que durou 20 anos.

PALAVRAS – CHAVE: Capitalismo. Serviço Social. Educação.

ABSTRACT

The present work deals with the insertion of Social Workers through Law 13.935/2019, in public schools of basic education, done through bibliographical research, in order to understand all the problematic of education in Brazil. The research sources ranged from the commodification of education cited in the text Administrative Reform and Commodification of education and social policies, Germinal, Marx and education in debate, the difficulties of access to technology, especially in light of the Covid 19 pandemic in the current context, the Meszáros' book, Education Beyond Capital, Federal Constitution, in the informative texts of CFESS and CRESS that talk about education in Brazil and its problems and among others linked to Social Work since the 1930s to education policy. However, the law regulating the insertion of Social Work professionals in public schools only materialized after a relentless struggle by the Social Work Councils, Psychology and other support entities, which lasted 20 years.

KEYWORDS: Capitalism. Social Service. Education.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

- APP – Associação de Pais e Professores
- CDE – Conselhos Deliberativos Escolares
- CF- Constituição Federal de 1988
- CFP- Conselho Federal de Psicologia
- CFESS- Conselho Federal de Serviço Social
- CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
- CRESS- Conselho Regional de Serviço Social CNE- Conselho Nacional de Educação
- DEM –Partido dos Democratas
- ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente
- FIES- Financiamento Estudantil
- LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- MEC- Ministério da Educação
- ONG –Organizações Não Governamentais
- PP –Partido Progressista
- PEC 32 –Pacto de Estabilidade e Crescimento
- PIB- Produto Interno Bruto
- PL- Projeto de Lei
- PNE- Plano Nacional de Educação
- PROS –Partido Republicano da Ordem Social
- PROUNI- Programa Universidade para Todos
- PT- Partido dos Trabalhadores
- SEALF- Educação a Secretaria de Alfabetização
-
- SEB- Secretaria de Educação Básica
- UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO - 1	
1.1–A Educação mercantilizada e o Capital.....	14
1.2–Pandemia, qualificação do trabalho e educação de qualidade.....	22
1.3-A escola para além do conhecimento pedagógico.....	24
1.4 -Uma educação emancipadora e ampla para a transformação do indivíduo sem se esquecer da transformação social.....	29
CAPÍTULO - 2	
2.1– Serviço Social e Educação.....	35
2.2 - A intervenção do Serviço Social na área de educação: atualidade e desafios.....	44
CONCLUSÃO.....	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	53

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como tema a Inserção do Profissional de Serviço Social nas escolas públicas de educação. O interesse nessa pesquisa se deu através de minha inquietude com as oficializações de disciplinas das escolas de Ouro Preto MG, em momento que trabalhei como Conselheira Tutelar. Sabendo que disciplina não era atribuição do Conselho Tutelar, me preocupava a quantidade de notificações vindo das escolas e percebi que atrás daquelas ocorrências possivelmente haveria uma violação de direito e sendo assim foi discutido o assunto para que famílias fossem encaminhadas para os Centros de Referências com o intuito de averiguar a situação de cada caso. E em muitos casos foram encontradas várias violações de direitos, vulnerabilidade social, abandono afetivo, criminalidade, abusos, discriminação dentro e fora da escola.

A pesquisa foi baseada em dados bibliográficos, através de textos do CFESS, CRESS/MG, livros, vídeos, Constituição Federal e a Lei 13.935/2019.

Segundo o CFESS (2011) os principais desafios que estarão à frente da inserção do serviço social nas escolas públicas, são os problemas sociais, esses problemas são os que afetam a área da educação no rendimento escolar, evasão, desinteresse, disciplina, insubordinação a qualquer limite ou regra imposto pela escola, vulnerabilidade às drogas, atitudes e comportamento agressivo e violento. A PL- 3688/2000 virou lei, foram 20 anos de luta para ser sancionada com a aprovação de 384 deputados e 64 senadores. “Uma luta e uma vitória do coletivo que contou com diversas ações das entidades (conjunto CFESS – CRESS – CFP entre outras) e mobilizações das categorias” (CFESS,2019)

Esta lei obteve uma aprovação expressiva, pois tanto o sistema educacional como a sociedade a apoiaram, os diálogos incessantes de Conselhos de Serviço Social e de Psicologia, com uma preocupação mútua diante a evasão escolar, rendimento de aprendizado e violência existente entre os alunos, que são causas da desigualdade social. O desemprego, a não valorização profissional, a violência e as

relações familiares são fatores que refletem no âmbito escolar. É nesse contexto que se faz necessário a presença de um assistente social nas escolas.

Sabemos que a educação pode mudar o mundo e formar indivíduos mais críticos e capazes de se emancipar diante do sistema capitalista, mais para que isso ocorra é necessário que ele tenha consciência disto, reconhecendo seus direitos em uma dinâmica construtiva de ações ao requere esses direitos e lutando por eles de uma maneira coletiva onde a luta se classes poderá se intensificar. O Assistente Social com sua especialização teórica e metodológica tem um instrumento fundamental na área da educação básica pública pois sua formação é baseada em saberes múltiplos e essa é uma contribuição de grande eficácia na área da educação e nas múltiplas expressões da questão social que certamente irão aparecer. Netto (2001) afirma que a “**questão social**” é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo, podemos dizer que essa questão está ligada de uma forma íntima ao sistema de produção capitalista que é fato que desse sistema as desigualdades sociais se concretizam.

O Assistente Social tem sua formação voltada para o atendimento ao público, estão preparados para lidar com situações diversas que possam aparecer e dentro do âmbito escolar poderá perceber as complexidades e poderá intervir de uma maneira que sobreponha além da Política de Educação, pois muitas dessas complexidades serão além da pedagogia adotada nessas escolas. Ao identificar as possíveis complexidade a intervenção será de grande ganho para a equipe multidisciplinar.

O objetivo dessa pesquisa é discutir a eficácia dessa intervenção nas escolas como um meio de proporcionar a condição necessária ao indivíduo para que supere suas expressões múltiplas da questão social como, pobreza, desemprego, violência, discriminação de gênero, raça, etnia e orientação sexual, trabalho precário, dificuldade de acesso à saúde, à educação e ao trabalho, falta de moradia, violação dos direitos das crianças e assim fornecer a visão emancipadora e concreta desses, em uma linguagem dinâmica, construtiva e coletiva. O trabalho de intervenção junto a crianças, adolescente e suas famílias, com a equipe escolar, sem desmerecer o

campo educacional, através de projetos e ações que venham a solucionar ou amenizar as situações que serão apresentadas.

Este trabalho foi dividido em dois capítulos. O primeiro capítulo estrutura a mercantilização da educação diante do sistema capitalista, a PEC 32, que derruba direitos adquiridos pela Constituição Federal tornando-os uma mercadoria, as especificidades do PNE, as dificuldades encontradas pelos alunos em tempo de pandemia como a Covid 19, como o acesso à internet e suas tecnologias, uma escola democrática onde todos possam contribuir na participação pedagógica e a visão de uma educação emancipadora como mostra o pensamento de Meszáros, no livro Educação Para além do Capital.

O segundo capítulo mostra a dimensão da Educação e do Serviço Social, a Lei 13.935/2019 seus desafios e a discussão sobre o processo para derrubar essa lei que já está em vigor desde 11 de dezembro de 2019. Questionar esse momento se faz necessário pois, a luta pela emancipação humana está presente na educação e junto com um coletivo entre profissionais multiprofissionais é uma alavanca central para que isso ocorra. Não podemos deixar ser dominados pela sociedade capitalista é preciso dar o grito de libertação dessa ordem perversa, exploradora e alienadora. O indivíduo tem o poder de construir sua história e a participação do coletivo dará esse suporte.

1 Capítulo

1.1- A Educação mercantilizada e o Capital.

Falar da Educação e do capital e ter uma noção de como são contraditórios é reconhecer, que uma tem o poder dar ao indivíduo o conhecimento de sua existência no mundo capitalista e de como se defender diante da dialética do capital e que o capital tem a dimensão da alienação do indivíduo dentro do seu sistema funcional. O capitalismo e o Estado se fundem para que esse conhecimento não seja amplo e diante desses fatores temos uma educação de pouco investimento no que diz respeito à tecnologia, pois a maioria dos investimentos são direcionados ao

que o capital propõe, projetos, melhorias estruturais e profissionais. No Brasil o investimento chega a 5% do PIB (Produto Interno Bruto), sendo um valor baixo de investimento diante das tecnologias inovadoras que se vê pelo mundo. Pensar em investimento, mas que não estejam somente direcionados ao que o sistema capitalista propõe é pensar em condições melhores do futuro dos trabalhadores.

Sabemos que dentro dessa estrutura de investimento há uma luta progressista para que esse investimento passe de 5% para 10% do PIB, para tornar uma possibilidade de investimento quantitativo e qualificado, mas mesmo com esse valor estamos longe de ter uma educação de qualidade tecnológica, científica e estrutural. O investimento estrutural, além de fornecer espaços adequados, possibilitara também materiais didáticos e tecnológicos para um desenvolvimento mais capacitado ao indivíduo além de um desenvolvimento humanizador.

O investimento educacional é um fator necessário diante do mercado de trabalho. Quem detém mais conhecimento e qualidade de ensino se adequa melhor ao mercado de trabalho e isso é uma das exigências que o capital faz em sua dialética. Diante disso tudo podemos observar que a educação pública perde seu valor em comparação a educação privada, pois essa sim possibilita um melhor investimento em uma adequação para que haja competitividade.

A economia política por de trás da educação está vinculado desde o trabalhador e aos interesses do capital, para que seja alienado e explorado, Marx já via essa perspectiva. A educação dentro do sistema capitalista é uma limitação de conhecimento que o trabalhador terá, onde a definição de trabalho será produção e reprodução. Mas para que haja uma mudança dessa definição é necessário que na educação seja oferecido o conhecimento de que o trabalhador é o detentor daquilo que produz, mudando assim os ideais impostos pela sociedade capitalista.

A visão capitalista é de que todo indivíduo sem conhecimentos e é controlado com facilidade, e diante dessa visão que devemos dar ao indivíduo a capacidade de questionamento dentro da educação, um debate de autoconhecimento do ser, que

está inserido dentro do mundo capitalista, porém para que isso não ocorra o Capital e o Estado ditam as regras no contexto da educação.

A coletividade de indivíduos se faz necessária para que seja diagnosticada melhor, a visão nos meios de produção, identificando exploração, alienação tudo que o mundo capitalista oferece. Mas para que essa coletividade seja bem instruída a educação tem que ser de qualidade, perspicaz, inovadora, subjetiva e prazerosa. Marx e Lukács (2013) sustenta essa forma de educar, dizendo que a escolarização é uma resolução para a dar uma imediata solução aos processos de produção.

Dar uma educação limitada ao trabalhador é dar a ele uma visão somente do que irá precisar para sua subsistência, mas uma educação de qualidade e reflexiva dará a ele a oportunidade de ver além de suas necessidades, mas de entender a exploração, alienação e poder evitá-las difundindo a luta de classes, lutas por seus direitos desenvolvendo um ser social capaz de ver além de sua subjetividade no mundo do trabalho. A educação é o fortalecimento que se dá ao indivíduo o ponto de vista de sua realidade de sua existência, de luta de classes, momento de reconhecimento das respostas de suas necessidades que lhe são apresentadas durante sua vida, para que haja uma renovação do ser, situação também encontrada durante o trabalho.

as consequências do trabalho ultrapassam aquilo que nele foi posto de imediato e consciente, elas trazem ao mundo novas necessidades e novas capacidades para satisfação destas e não estão pré-traçadas – dentro das possibilidades objetivas de cada formação bem determinada – quaisquer limites apriorísticos para esse crescimento na “natureza humana”. (LUKÁCS, 2013, p. 303).

Marx, traz a perspectiva que a educação em todo seu contexto é realizada no processo de trabalho como atividade humana para o sustento, em um conhecimento autônomo sem ser direcionado aos interesses de classe, no âmbito da sociedade capitalista. Em uma sociedade emancipada, trabalhadores livres terão o controle de todo processo de produção.

A figura do processo social de vida, isto é, do processo material de produção, só se livra de seu místico véu de névoa quando, como produto de homens livremente socializados, encontra-se sob seu controle consciente e planejado. Para isso, requer-se uma base material da sociedade ou uma série de condições materiais de existência que, por sua vez, são elas

próprias o produto natural-espontâneo de uma longa e excruciante história de desenvolvimento. (MARX, 2013, p. 154).

A construção de uma nova forma de educação é uma descontinuidade daquilo que o capital propõe, por esse motivo o sistema capitalista faz mediações estratégicas na relação das forças produtivas determinando a base das propostas de política de educação com a estrutura, conteúdo e a dinâmica a ser empregada. Sendo a educação além dos portais escolares diante das lutas de classes, podemos observar outros espaços sociais que se organizam, para que haja o entendimento do indivíduo de como ele é um ser social, detentor da produção, mas o capital com suas estratégias junto ao Estado tenta inibir essa visão que o trabalhador terá, usando a situação como uma forma de controle do sistema capitalista.

o desenvolvimento das forças produtivas – em si, correspondendo à sua essência – é idêntico à elevação das capacidades humanas, mas, em seu modo fenomênico, também pode provocar – igualmente em sua respectiva necessidade social – uma degradação, uma deformação, um auto estranhamento dos homens. (Lukács ,2013, p. 313)

O pouco interesse do poder público em investir na educação acontece, para que o capital obtenha a produção de mais valia e o perfil do trabalhador se torna mercantilizado, onde sua subjetividade não é compreendida por ele. Por isso se utiliza da educação como forma de instrumento para a exploração e o Estado juntamente com o capital, repreende, define políticas e ideologias, onde o trabalhador se vê sujeitado a tais condições ofertadas, capital controlando educação e trabalhador.

O Plano Nacional de Educação (PNE) registra todas essas estratégias, em documento formalizado tendo ideais objetivados para a realidade da sociedade capitalista, com isso os conteúdos encontrados nessa documentação são uma forma de camuflar a realidade do interesse do capital. Ter um plano de educação baseado nas necessidades dos estudantes é para uma visão além do mercado de trabalho é trazer uma abertura ampla de conhecimento, dar ao indivíduo a oportunidade de ver dimensões além do que é proposto em sala de aula.

O Plano Nacional de Educação de 2001 e 2010 em seu véis de formulação baseou-se na formação profissionalizante dos jovens inseridos no ensino médio em uma visão de formar profissionais qualificados com o intuito de melhores salários, passando uma ideia de caráter de cidadania, porém é percebido a perda da subjetividade e o aumento de competitividade no mercado de trabalho, deixando claro que ao reduzir o trabalho vivo pelo trabalho morto, o que irá ocorrer é uma competição de quem detém mais conhecimento e assim o setor privado de educação com suas tecnologias e estruturas técnicas de grande conhecimento tem a maior possibilidade de ser inserido no mercado de trabalho.

auto-aprendizagem; percepção da dinâmica social e capacidade para nela intervir; compreensão dos processos produtivos; capacidade de observar, interpretar e tomar decisões; domínio de aptidões básicas de linguagens, comunicação, abstração; habilidades para incorporar valores éticos de solidariedade, cooperação e respeito às individualidades. (BRASIL, [2009]).

Mercantilizar a educação é uma forma de competitividade, quem investe mais, como o setor privado, consegue inserir no mercado de trabalho de uma forma mais qualitativa, diante desses argumentos o Estado usa de estratégias camufladas de uma preocupação com o polo estudantil, utiliza de recursos que envolvem outros setores ministeriais para que percebam que esses ministérios precisam também atuar também dentro da educação podemos citar o Ministério da Cultura, Cidadania , Saúde ente outros e assim conseguir mais recursos públicos. Essas estratégias estão documentadas na PNE, onde se designa que a educação está além da esfera de conhecimento, mas também como um problema social, colocando a educação como responsabilidade do estado e da sociedade civil.

Uma educação lucrativa é a privada, alunos que tem a oportunidade de estarem inseridos dentro do setor privado de educação, com toda certa serão sempre os mais qualificados e competitivos pois o acesso as tecnologias são bem diferenciadas, e isso é o que o capital quer competitividade no mercado de trabalho. O capital vê a educação privada como uma mercadoria rentável e tem o ensino privado como preferência, além da competição tem o lucro que ela pode proporcionar. Porém o Estado não se preocupa em investir na educação pública, de tal maneira que a educação pública se iguale a privada. Uma falsa ilusão futurista. O capitalismo tem o controle sobre as instituições que produz e reproduz

conhecimento, para que a forma de pensamento da classe dominada não se sobreponha sobre a classe dominante.

O pensamento dominante não é apenas dominante porque pertence às classes dominantes, mas também porque estas se inserem “[...] em relações sociais de produção historicamente determinadas que as colocam no papel de dominação”. (IASI, 2013, p.7)

A reforma administrativa vem mostrar o real motivo da privatização da educação e saúde. Tomado por essa preocupação a educação tem sofrido mudanças radicais.

A PEC 32 (Pacto de Estabilidade e Crescimento) podemos observar que ela foi feita para educação, não deixando de afetar outros setores. É um direito se tornando mercadoria. A educação é uma importante despesa para municípios, estado e união, onde só na união a porcentagem é 50% de servidores públicos e que estão vinculados ao poder executivo. É fato que as universidades federais estão tendo resultados positivos, pois são as mais procuradas. Diante dessa reforma é bem provável que acontecerá um número alto de evasão das faculdades públicas, não podemos negar que a probabilidade de cobrança de mensalidade que pode acontecer, além do corte de bolsas e outros benefícios que são ofertados aos alunos.

§ 2º A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados;

Ao corpo docente, mas também a outros servidores públicos, o enfrentamento será nas novas regras, flexibilidade de demissão que se torna uma lógica de fiscalização dos serviços prestados, do desempenho dos servidores e na lógica, diante disso tudo o serviço público terá, uma baixa qualidade do serviço. Essa mercantilização prega uma ideologia de que essa reforma é para combater privilégios e valorizar o bom servidor, pura ilusão. Vemos com clareza a perda de

direitos adquiridos através da Constituição de 1988 e que novas conquistas por direitos praticamente irão “cair por terra”.

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

A contratação de serviços temporários irá acabar com a perspectiva de serviço de boa qualidade ou até mesmo de continuidade daquilo que já estava em processamento. Privatização dos serviços públicos é uma perda de direitos explícita, na educação e saúde ao dar preferência a iniciativa privada é o poder da concorrência ao capitalismo e total desrespeito a Constituição. Os contratos temporários de 10 anos é uma quebra de estabilidade e o fim do concurso público.

Sabemos que o nosso sistema político não está preocupado com as situações que estão por vir como trabalhos precarizados diante de contratações temporárias, com a estabilidades adquiridas pelos indivíduos no campo de trabalho, as avaliações que serão impostas na reta final dos contratos. Poucos se importam com os nossos os direitos adquiridos por lei é como se a nossa Constituição não existisse é essa alógica perversa que o capitalismo insiste em manter e diante desse retrocesso, ficamos desnorteados vendo a ruptura desses direitos já adquiridos.

I – os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;

II – a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

Enquanto a avaliação do desempenho dos profissionais for analisada através de critérios, fica a preocupação de como serão feitas estas análises, provavelmente pela iniciativa privada, pois essa visa a lucratividade.

A coletividade é sempre vista pelo poder público, porém, a iniciativa privada prega que em meio a tantos, somente um tem seu valor.

Ao visar a melhoria do serviço público essa reforma não mostra nenhum fundamento ou artigo que possa atingir aos servidores no sentido de se preocupar com sua capacitação principalmente dos que já estão no campo de trabalho.

O objetivo maior dessa reforma é diminuir gastos, e os espaços que mais serão atingidos com certeza serão a educação e saúde. A privatização dá uma falsa realidade de benefício, de eficácia e melhoria na qualidade dos serviços que serão ofertados. Na educação o que podemos ver é uma ideologia formada de capital humano e de utilidade os profissionais de educação para a instituição que trabalham essa é designação da PEC.

Diante do já colocado não podemos esquecer do programa **Future-se** que é defendido pelo atual presidente da república Jair Bolsonaro e que estabelece a aproximação da iniciativa privada da iniciativa pública. Para o MEC esta proposta dará autonomia financeira às universidades, gerenciado pelas organizações sociais, que se responsabilizariam pelos custos, contratos temporários, aluguéis e uma forma dos patrocinadores dar seus nomes as universidades.

UFMG: na Universidade Federal de Minas Gerais, tanto o Conselho Universitário quanto o grupo de trabalho criado para discutir o Future-se demonstraram parecer desfavorável ao projeto. Em nota, o Conselho Universitário da UFMG afirma que muito do que está sendo proposto já é aplicado há muito tempo nos IFES. Também lamenta a não discussão prévia e questiona as ações delegadas às Organizações Sociais, que “não levam em consideração os princípios que caracterizam as universidades públicas brasileiras: a articulação entre ensino, pesquisa e extensão que busca a formação acadêmico-científica de excelência, aliada a formação cidadã em todas as áreas do conhecimento”. Já o grupo de trabalho percebe que o programa deixa de fora o ensino e a extensão e afirma que não há como pensar no futuro ignorando o presente de recursos bloqueados.

E perceptível que com a privatização, os cursos menos concorridos, ou seja, com baixa demanda de procura, podem ser extintos por não dar lucro ao capitalismo, uma reforma para o capital, universidades sendo produtoras de mercadoria para o mercado do trabalho deixando assim, de lado o conhecimento

científico, devastando toda a estrutura daquilo que as universidades representam para os estudantes. As pesquisas serão direcionadas para a produção de lucro, pois é esse o interesse do sistema, mas com toda a convicção que isso é o que ocorrerá.

Uma problemática nesta reforma será a dívida a ser adquirida pelos alunos, devido à grande dificuldade de inserção no mercado de trabalho, pois após formado terá que pagar a dívida, o que ficara difícil sem o trabalho, o que também ocorrerá será a evasão na metade do curso.

1.2 - Pandemia, qualificação do trabalho e educação de qualidade.

Com a chegada da Covid 19, a fragilidade do sistema capitalista se evidenciou na esfera da produção. O caos foi percebido no consumo, lucratividade e no aumento da pobreza, por conta de fechamento de pequenas empresas e grandes empresas reduzindo o número de trabalhadores, de jornada de trabalho, demissões em massa.

Com a pandemia as consequências da aprendizagem nas escolas poderão ser afetadas e de fato podemos nos arriscar a dizer que isso terá uma significativa resposta para os jovens que irão ingressar no mercado do trabalho. Uma educação fragilizada certamente irá interferir nas contratações, na produtividade e por consequência os salários serão baixos. Essa visão é histórica pois em outras situações de pandemia foi o que ocorreu.

Portanto a educação nessa fase se tornou um desafio para o Estado. Como o mais desprovido de recursos teria acesso a uma educação online? Sendo assim a meu ver, como fazer com que famílias de baixa renda tenham o acesso necessário a mecanismos que deem suporte a essa nova maneira de se estudar?

Uma formação de indivíduos qualificados para o trabalho precisa ser eficaz. Lógico que foram efetuados outros tipos de estratégias para que os estudantes não ficassem sem as aulas. O autor Chesnais, (1996) diz que a educação deve ter uma visão para além da pobreza. Como seria visão além da pobreza? Bem as escolas mesmo sendo representante do Estado não pode deixar de omitir as situações que

aparecem no seu cotidiano, por isso a necessidade de mudar os métodos de trabalho para que os alunos possam, independentemente de sua situação financeira aprender e desenvolver uma visão crítica do sistema capitalista que vivem, em uma visão de totalidade de ser social.

Educação forma trabalhadores qualificados, sim, mas essa formação deveria ser feita para além do capital. A formação de indivíduos pensantes que poderão ter uma melhor visão das determinações do mundo capitalista lhe dará a oportunidade do enfrentamento do que será imposto.

Ter uma educação de qualidade acessível no mundo, é condicionado a classe social, ou seja, uma forma desleal para o acesso ao mercado de trabalho, onde o ensino público e o privado se tornam uma competição, o conhecimento se torna insignificante, assim observarmos uma perda importante no ser social e sua essência.

O capital influenciador desses processos e quem executa as políticas públicas e o Estado, com isso a educação se torna uma reprodutora de indivíduos padronizados para o mercado de trabalho do interesse do capital e tornando uma relação social e compreendida como um processo de base produtiva e do capital.

Teoria do Capital Humano teve sua formulação sistemática no final da década de 1950, momento em que “as relações intercapitalistas demandavam e produziam este tipo de formulação”. Esta compreensão da realidade postulava o acesso à educação como instrumento de equalização social. Neste sentido, o crescimento do processo de escolarização conduziria à mobilidade social. (Frigotto (1993, p. 38).

O conhecimento nas indústrias capitalistas fez com que houvesse uma ampliação do ensino médio, onde o que mais era necessário era uma mão de obra mais qualificada. Isso se deu em uma escala mundial.

No Brasil podemos afirmar que educação de qualidade é uma perspectiva que está longe de se idealizar. O que se percebe é que a infraestrutura que aplica os investimentos é de uma qualidade insuficiente. As tecnologias avançam cada vez

mais no mundo. Podemos citar aqui o momento que estamos vivenciando da pandemia, como as vacinas da Covid 19. O país teve a oportunidade de investir na ciência do país, mas preferiu dar a oportunidade a outras esferas. Temos universidades públicas capacitadas para esse fim e com grandes possibilidades de investimentos pelo Estado.

Saliento que a UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) se preocupou em agilizar a vacinação no País para se obter um imunizante nacional e já está com sete projetos em andamento em participação com O instituto René Rachou, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz - Minas) e com o Instituto de Ciências Biológicas (ICB)

Economia política e política social uma relação que trouxe queda na taxa de lucro e manutenção de rotação do capital, nesse contexto em que o capitalista encontrasse num excesso de liquidez, a educação se tornou alvo eficaz para os capitalistas, com foco no ensino privado, mas com um possível avanço no ensino público, a chamada financeirização da educação.

Isso tudo se expande de uma forma de compra de espaços físicos para a instalações dos cursos EAD (Ensino a Distância) e outros, tudo isso é possível pelo financiamento universitário, FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) e o PROUNI (O Programa Universidade Para Todos).

Esses programas possibilitam ao estudante financiar seus estudos através do governo federal em instituições particulares de ensino superior. Uma educação financiada constitui um impulso para que organizações mundiais tenham um controle no mercado de trabalho sujeitando àqueles que não tem condição de pagar se desdobreem diante da situação apresentada, que é competitividade e qualificação. O capital nesse sentido só quer um objetivo recuperar a taxa de lucro.

É explícito o desmonte da política de educação, é nas escolas o “lugar” certo para que o capital tente demonstrar seu poder.

A continuidade do fluxo na circulação do capital é muito importante. O processo não pode ser interrompido sem incorrer em perdas. (...) Qualquer

interrupção no processo ameaça levar à perda ou desvalorização do capital investido (HARVEY, 2011, p. 42).

Não podemos deixar que a educação perca sua essência diante do capital, que é do controle social. A educação mercantilizada sobrepõe todos os fundamentos a ela subordinada o autoconhecimento do ser social tem suas perspectivas de vida diante das demandas do capital.

1.3–A escola para além do conhecimento pedagógico.

A política pública de educação nos moldes da PNE (Plano Nacional de Educação), no Brasil, traz ao indivíduo o poder do conhecimento estabelecido por uma norma vigente. Temos encontrado em escolas mais carentes, dificuldades de acesso, profissionais, tecnologias estrutura física precárias e são essas escolas que o poder público nem lembra que existem.

Essas demandas fragilizam a representatividade das escolas, local visto para o conhecimento pedagógico. Essa forma de acolhimento traz uma nova dimensão ao local de ensino e o suporte que apresentam não é qualificado para a centralidade dessas demandas. Mesmo conhecendo sua realidade os familiares e educandos não têm a dimensão das questões apresentadas.

A escola já tem sua função pedagógica, essas demandas que aparecem fragilizam e sobrecarregam o estrutural profissional de toda a equipe, pois deixam de definir a educação como prioridade, para também acolher a comunidade local.

As políticas neoliberais de 1990 trazem essa complexidade, pois, nas escolas era onde se resolviam e solucionavam as demandas apresentadas, é nesse momento que a pobreza se materializa, pois, a limitação de acesso à educação, serviços básicos, a discriminação e a própria exclusão social, faz com que aqueles que são menos providos se limitem a obedecer a aquilo que lhe é imposto. As pessoas de baixa renda tinham uma educação para restauraras forças produtivas, flexibilidade e precariedade de trabalho e essa visão de política educacional não era bem-vista por muitos educadores e parte da sociedade daquela época.

Um dos setores que mais querem ver uma educação sem qualidade e rápida para pessoas de baixa renda é o Banco Mundial pois assim é mais fácil poder alienar e explorar o trabalhador. A formação de profissionais qualificados para o mercado de trabalho e com vínculos informais, a classe dominada não gerenciando sua vida, não teria como adquirir bens materiais e com relação a sua realidade, não conseguiria ter um aprofundamento não havendo qualquer questionamento, se tornando assim alvo fácil para exploração do trabalho e de certa forma a abordagem as eles submetidas seriam diferenciadas diante dos que teriam uma formação mais qualitativa, política de educação aliada a lógica do capital.

A classe dominada é educada para se contentar com um emprego simples e se tornam um alienado e explorado, as escolas públicas do Brasil não são atraentes pois há pouco investimento, há uma grande evasão escolar e a qualificação de profissionais não é do interesse do Estado.

A sociedade contemporânea não influencia muito as mediações de conflitos em uma dinâmica democrática e de inclusão social, por isso se faz necessário o envolvimento de alunos, pais e professores, em uma coletividade. O que acontece nessas escolas é a mediação das demandas pelos próprios professores e as respostas têm que ser imediatas, porém a leitura dessas demandas nem sempre serão feitas com um diagnóstico preciso.

Porém é necessário um preparo metodológico para esse fim. Isso faz com que se lembremos do surgimento da profissão do Serviço Social no Brasil se dá na década de 30 com viés religiosa totalmente ligado à igreja católica sem ter uma leitura crítica da sociedade onde, os assistentes sociais eram disciplinadores e ajustadores dos que eram contrários a ordem vigente.

O homem com uma visão dialética e aberta é um ser ontologicamente igual, das suas aptidões e dos esforços que tem em caráter individual, outro sentido para suas oportunidades desiguais essa seria uma orientação educacional fundamental para mediar conflitos, para que tenha uma resolução positiva, no que se diz a respeito ao crescimento do indivíduo e do grupo que representam. Marx afirma:

Uma formação social nunca perece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela é suficientemente desenvolvida, e novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o lugar, antes que suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio mesmo da velha sociedade. É por isso que a humanidade só se propõe as tarefas que pode resolver, pois, se se considera mais atentamente, se chegará à conclusão de que a própria tarefa só aparece onde as condições materiais de sua solução já existem, ou, pelo menos, são captadas no processo de devir. (MARX, 1982b, p.25).

Partindo dessa afirmativa podemos dizer que o indivíduo não pode estar sujeito apenas as tarefas que pode resolver, mas também na possibilidade de ter um conhecimento daquilo que ele também não pode resolver, mas pode ser direcionado para obter uma clareza de como lidar com que o aflige.

A escola que tem a participação dos alunos na construção das normas que estabeleceram um convívio melhor, faz com que os conflitos que possam aparecer sejam resolvidos de forma mais dinâmica e participativa, surgindo assim um diálogo saudável na discussão deles para que sejam mais bem compreendidos e refletidos havendo assim um crescimento pessoal, consciente de todos que ali estão inseridos. A reflexão dentro desses espaços como prática educativa seria de promoção de mudanças de postura nos conflitos apresentados e enfrentados pelo indivíduo, onde poderá ocorrer a diminuição da violência em todas as esferas.

Mais, está longe dessas orientações educacionais promoverem esse tipo de mediações, e uma compreensão crítica que possibilitara o sujeito de ter o reconhecimento de sua condição social diante dos opressores sociais e assim possibilitar sua ação diante das suas múltiplas expressões da questão social e conflitos. Sendo a escola como um espaço socializador, torná-lo agradável é desafiador para todos os envolvidos, é necessário diálogo, solidariedade, capacidade de tolerar as diferenças ali apresentadas para que este espaço se torne um espaço democrático.

Como experiência pessoal ao trabalhar no Conselho Tutelar da cidade de Ouro Preto, foi percebido as grandes demandas referentes a infrequência, evasão escolar e indisciplina, sendo esse último referido não ser uma atribuição do Conselho Tutelar. Diante de tanta documentação formalizada de indisciplina entramos em discussão e vimos a possibilidade de encaminhar essas famílias para acompanhamento dos CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) de abrangências, de onde sugeriram alguns tipos de violação de direito. Esse tipo de situação com relação a indisciplina nos faz pensar que a violência, se torna presente quando não há diálogo e com isso se torna necessário uma mediação de conflitos, onde na escola muitas das vezes isso não é possível por não haver profissionais especializados para tal função.

Diante desses fatores pudemos observar também que a comunidade escolar questionava sempre que os conflitos dentro das escolas, de certa forma eram trazidos de casa, principalmente de alunos, na maioria, cujas famílias eram desestruturadas. Via-se então a necessidade de profissionais que pudesse mediar os conflitos, tanto na escola como nos lares dos alunos em questão. Seria necessário profissionais com metodologias apropriadas no ambiente escolar, para que houvesse de imediata ou não diminuição dos conflitos.

Estudantes que entendam tolerância, o respeito as diferenças que cada um traz consigo, precisam passar por um processo de conscientização da cultura que cada um tem em relação a vivência familiar e social. Por isso se faz necessário uma equipe multidisciplinar que poderão analisar os conflitos e procurar ações para amenizar as situações, com isso levar aos alunos o valor da manifestação da singularidade, de autonomia sobre aquilo que os afligem e até mesmo ter a solidariedade com o próximo.

Dentro desses diálogos podemos enriquecer com algumas virtudes que podem ser levadas em consideração além da tolerância e o respeito. Passar para os alunos que existem pessoas mais fracas que eles, tanto no físico como no emocional e que necessitam que suas prioridades sejam atendidas de uma forma imediata. Se colocar no lugar do outro, como uma forma de reflexão diante da sua

situação individual, uma situação de reflexão. Trabalhar sua autoestima e o autoconceito, para que haja um entendimento do que ele representa na sociedade e o que pode ser modificado na construção de novas formas de vivência em torno da sua situação real. Essas formas de abordagem dentro da comunidade escolar é um direcionamento para a construção de uma emancipação humana consciente, reflexiva diante dos conflitos existentes em sua realidade de ser social.

O poder da palavra ao aluno sugere que ele encontre um vínculo com o corpo estudantil, pedagógico e com todos que constituem a equipe escolar, com isso o que teremos é uma construção de pensamento que irá refletir diante das respostas que procuram sobre seus conflitos. Como diz Kosik (1976, p. 224, grifos do autor), “só a dialética do próprio movimento das coisas *transforma* o futuro, desvaloriza o futuro imediato como falsidade ou unilateralidade e reivindica como verdade o futuro *mediato*”.

Os conflitos sempre existiram em uma sociedade e nas escolas não são diferentes, por ser um local de convívio social. E esses conflitos são parte de um desenvolvimento e crescimento do indivíduo. O diálogo é uma forma de tornar os conflitos menos atenuantes é um momento de dá ao indivíduo a visão de conduzir sua emancipação humana e como tomar a autonomia diante de sua realidade. Para Burguet (2005, p. 42), “os alunos necessitam entender os conflitos, aprender formas alternativas para resolvê-los e buscar soluções que sejam satisfatórias para todos”.

1.4- Uma educação emancipadora e ampla para a transformação do indivíduo sem se esquecer da transformação social.

Na obra de Mézáros é visível na capa do livro “Educação Para Além do Capital, a situação que o capital traz para o indivíduo, se percebe uma criança fazendo seus estudos na mesa de sua casa ou e outra pessoa, cuidando de duas crianças que podem ser seus irmãos ou não. A precariedade da cena demonstra o que o autor mais identifica no seu texto, que é a lógica perversa do capital.

Neste sentido se faz necessário é um pensamento transformador da sociedade diante de sua materialidade e daí sim começar a reformulação na educação e com tudo isso uma revolução diante dos interesses do capital. Essa criança ser irmã ou uma cuidadora das crianças, uma demonstração do que o capital representa, se ela é irmã e está cuidando dos irmãos é porque os pais possivelmente estão trabalhando, se não é, ela está trabalhando para ajudar sua família, sem deixar de procurar conhecimento nos estudos. Essa é alógica perversa do capital.

Por isso o objetivo principal dessa obra é a emancipação humana, e para que haja essa emancipação é preciso ter uma educação que não seja vinculada ao pensamento de sustentabilidade como o capitalismo evidencia é necessária uma educação que passe o conhecimento pedagógico, mas também o reconhecimento do indivíduo na sociedade capitalista que está inserido, qual sua posição como ser social.

Essa obra tem o conceito do que é a lógica perversa do capital, onde os indivíduos são alienados, explorados e sujeitados a essa lógica. O essencial seria que o indivíduo pudesse entender o contexto que vive através de uma educação vinculada ao trabalho onde, ao começar a entender a lógica perversa do capital poderá construir sua própria história e reconhecer seu lugar de um ser questionador, argumentador diante das questões que o capitalismo lhe atribui na sociedade e no local de trabalho. Seria a conquista do seu autoconhecimento. Para superar essa lógica a educação tem que ter sua amplitude direcionada a todos, mas que essa superação não seja somente na derrubada do capitalismo e sua negação, mas um passo para superar esse sistema para isso será necessário orientações com uma visão geral, bem concretizada, de uma abrangência global, onde a educação será direcionada a contribuir que essa superação será feita em uma totalidade expressiva e não parcial tendo estratégias reformistas.

Diz Mészáros: “tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a automudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente” (p. 65).

Marx diz que a prática transformadora é que irá modificar as circunstâncias e a atividade humana, isso se dará através do aprendizado e compreensão racional. É essa transformação que Mézszaros acredita que possa acontecer através da educação ampla.

Ao falar da lógica irreversível e incontestável, que é a estrutura do capital, o autor fala do desafio que pode ser rompido a longo prazo e para que isso ocorra há uma necessidade de mudanças na estrutura educacional e social.

A necessidade de estratégias que possam superar a formalidade da educação, para ir à profundidade do problema havendo assim mudanças essenciais.

A reforma dentro da educação tem o objetivo de priorizar o indivíduo, o ser humano em todo seu contexto social e de trabalho, em busca de resolver suas necessidades dentro da situação que estão inseridos, mas não é o que o sistema capitalista quer, por isso sua participação nas reformas educacionais.

Compreender uma educação ampla e concepção de sociedade é a fórmula essencial para superar essa lógica capitalista. E na educação que o indivíduo terá uma mudança concreta, material e pessoal, essa é a visão do autor, que para compreender sua totalidade, o indivíduo precisa de uma educação questionadora, crítica e reflexiva e é essa a chave para a transformação da sociedade, assim “limitar uma mudança educacional radical às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma vez conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social qualitativa”. (MÉSZÁROS, 2008, p. 27)

Não podemos negar o pensamento de Mézszáros ao referi a educação como algo vital ao seu processo de humanização do indivíduo, ao saber de sua existência como um ser social ele também poderá evidenciar sua capacidade do autoconhecimento, ter ciência da realidade e assim obter uma transformação consciente.

Essa afirmação é a essência da educação a ser pregada, em um objetivo para além do capital, onde o indivíduo irá desenvolver a capacidade de enfrentar a realidade do mundo capitalista e de sua própria realidade. Marx salienta que não devemos julgar o indivíduo a partir do que ele pensa de si mesmo e nem na época de sua transformação com relação a sua consciência, mas explicar essa consciência de vida material a partir dos conflitos que existem entre forças produtivas sociais e as relações de produção.

Entender e analisar o indivíduo a partir do seu pensamento abstrato, em uma necessidade de dá ao indivíduo a explicação de suas contradições e conflitos em sua realidade concreta.

na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais de consciência. O modo de produção material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. (MARX, 1982b, p.25).

O sistema capitalista não permite a emancipação humana, percebemos que em toda sua história o que o define é o controle social. Por isso é necessário ter um sistema educacional diferenciado com a centralidade da emancipação humana. Mézáros afirma:

Não surpreende, portanto, que mesmo as mais nobres utopias educacionais, anteriormente formuladas do ponto de vista do capital, tivessem de permanecer estritamente dentro dos limites da perpetuação do domínio do capital como modo de reprodução sócio metabólica (MÉSZÁROS, 2008, p.26).

Para o capital, a educação controlada é uma forma de domínio social, porém a educação não consegue controlar o capital da forma como está sendo formulada

pelo Estado. Isso quer dizer, sem transformações objetivas do controle do que representa o capital, não tem como ter uma educação emancipadora do indivíduo.

Essa realidade está constituída nas reformas educacionais que o Estado juntamente com capital propõe no PNE, em uma forma de manter o conservadorismo do capital. A reformulação do sistema educacional que queremos é de totalidade, onde a sociedade consiga sair do controle do capital para uma busca da essência do ser social, em uma dinâmica emancipadora como um todo.

Para ter uma educação em sentido amplo a educação formal na instituição deverá garantir possibilidades de aprofundamento de conhecimento tanto pedagógico como para além da escola, superação da ordem perversa do capital. É neste sentido que a educação teria que ter um formato que aspire a emancipação humana e para isso é necessário que o intercâmbio entre educação e a vida cotidiana do indivíduo sejam mais expressivos e não sejam “quebrados”.

O próprio autor analisa Adam Smith (economista político) e Robert Owen (reformador social educacional) que veem as mazelas do capitalismo, tem consciência da lógica do capital, mas não expressa sua preocupação humanitária sem atingir o essencial que é a raiz dos problemas da classe trabalhadora.

A necessidade da superação Homo Faber e Homo Sapiens, o homem que trabalha e o homem que pensa, para isso a educação deveria ser de transformação social ampla e emancipadora, uma luta hegemônica que não é fácil no sistema capitalista.

A educação com o formato de razão dará ao indivíduo esclarecimento, a capacidade de perceber que ele se torna um instrumento de lucro para o capital, mas que ele também é o detentor daquilo que produz e que é sim um reproduzidor de valor. Por isto necessidade de soluções essenciais. José Martí diz que as soluções não podem ser meras formalidades elas precisam ser também essenciais.

A educação como um processo de continuidade será possível quando for direcionada para toda vida fora das perspectivas formais, sendo uma transcendência positiva da alienação do trabalho, pode ser visto que o próprio trabalho tem como superar a alienação e com isso não radicalizar a estrutura do capitalismo, reestruturando a existência da sociedade que explora dando lugar a uma associação de indivíduos e nesse ponto a educação seria continuada. É a total mudança consciente de nova ordem social, educação permanente vivida.

Uma mudança objetiva de ver a realidade por isso uma educação continuada além da visão pedagógica, com expressões de visibilidade da lógica perversa do capital, então quais as mudanças que podem os desmitificar a lógica perversa do capital? E uma lógica intrínseca na sociedade, nos indivíduos em uma consciência coletiva, trabalhar os pontos de um direcionamento não apenas formal, como as legislações, mas tornando essas soluções essenciais.

Entrando na essência da totalidade, uma educação contra hegemônica, partindo de uma nova consciência e isso se daria no âmbito escolar, começando a combater a internalização e a subordinação aos valores do capitalismo que são impostos aos indivíduos que é de propor a mercantilização dentro da escola. Ao ter uma práxis educativa direcionada a emancipação do indivíduo a consciência socialista, o indivíduo terá um processo transformador.

Para que tudo isso ocorra é necessário organizar o sistema de forma coerente deixando que as estruturas históricas não percam sua essência e que sejam atendidas as necessidades do indivíduo, onde ver a desigualdade como uma forma de construção da vida a partir da igualdade, essa que tem que ter uma essência substantiva, onde haverá associação dos indivíduos aderindo à parâmetros de reprodução socio metabólica havendo a reivindicação de igualdade para que seja construída uma nova realidade em uma permanente união no que diz respeito a discussão da realidade e necessidades do sujeito em um formado de círculo cooperativo.

A luta para uma universalização para educação e trabalho, pois a educação vai para além das paredes das escolas. Ir além da divisão do trabalho, uma educação continuada, com investimento de quantidade e qualidade, para que a emancipação humana não seja apenas uma perspectiva.

É preciso uma mudança para se construir uma nova ordem societária em uma dinâmica de transformação da realidade, com a educação passando ser um instrumento formador de vidas, para que combatam com a ordem perversa do capital.

É notório que a transformação social necessita da educação e que essa deve ser pautada para o enfretamento do sistema capitalista onde ao reconhecer que é preciso superar a lógica perversa do capital o indivíduo irá se reconhecer nessa sociedade e partir para a construção de uma nova história. Diante da realidade de que as classes dominantes não se preocupam em desenvolver uma educação para que os dominados entendam de quão é grave as situações que os rodeiam principalmente com relação as injustiças sociais é necessário que a educação seja de forma ampliada para que o indivíduo tenha plena consciência do seu espaço na sociedade capitalista e assim criar formas de não se submeter a essa ordem societária , por isso é necessário a coletividade junto a educação para que seja conquistada a libertação.

É possível concluir que a educação para além do capital é uma educação para uma transformação social onde o indivíduo se reconheça na sociedade capitalista e modifique sua história, ampla é ter uma educação não só para ensinar e aprender , mas para conscientizar ao indivíduo que diariamente ele está aprendendo algo que é novo, principalmente fora do âmbito escolar, com relação aos seus valores, situações que os acompanham no dia a dia, experiências que são adquiridas em toda sua história passada e atual que serão perpetuadas e emancipadora, essa será ao resultado final de toda transformação da educação pois, dará ao indivíduo uma nova visão de sua realidade e daí se tornar um indivíduo crítico e, nesse caso o coletivo é a principal referência.

2 Capítulo

2.1 - Serviços Social e Educação

Ter o direito a educação e permanecer dentro dela são uma garantia Constitucional, que também é legitimada no Estatuto da Criança e do adolescente (ECA/8.069/90) e na Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96), temos essas Leis com uma formulação nos processos de cidadania do indivíduo.

Esses processos são direcionados na formação de indivíduos para o mundo do trabalho e para que sua participação dentro da sociedade seja ativa e assim o seu desenvolvimento será pleno. Não podemos esquecer que dentro das maiorias das escolas públicas essas leis e processos educacionais não ocorrem por causa das precariedades que a maioria se encontra principalmente no que diz respeito estrutural físico.

Ao falar da permanência dentro das escolas, nos deparamos com a dificuldade do acesso, tanto com relação a estrutura física e pedagógica de algumas instituições, sem esquecer das tecnologias que não chegam a determinados lugares. Para que esses direitos sejam efetivados é necessária uma complexidade de agentes o que é no meu ver ainda é ineficaz, diante de várias questões encontradas na atualidade, dentro das escolas e fora delas.

O Serviço social, neste contexto dará mais segurança para que esses direitos sejam colocados em prática, porque o profissional de assistência social vai além da realidade escolar. Compete ao Assistente Social, a elaboração, implementação, execução e avaliação das políticas sociais nas esferas de administração pública, empresas, entidades e organizações sociais, e a escola está dentro dessas elaborações. É o momento de trazer para dentro das escolas a realidade do indivíduo em seu contexto histórico e fazer discussões no âmbito escolar sobre todo

esse histórico social, trabalhando sua realidade de forma a atrair os desejos e anseios, nas duas esferas, escolar e familiar.

A realidade do ensino brasileiro é que são poucos os indivíduos que têm esse acesso, que chegam a concluir pelo menos o ensino médio. Ao não fornecer vagas suficientes, uma qualidade de ensino, estrutura adequadas, faz com que o indivíduo não se interesse em buscar um aprendizado que possa lhe assegurar um futuro diferente de sua realidade, por ver essa ineficácia, essa “depredação” da escola pública o indivíduo tende a evadir ou até mesmo nem procurar se matricular.

umas das causas de baixo rendimento vem do desinteresse de alguns alunos diante daquilo que a escola lhe propõe, mas deixando claro que não é somente na dimensão escolar, pois a dificuldade de acesso, estrutural físico e pedagógico, discriminação entre outros fatores também contribui para a falta de interesse.

Um direito não consegue ser efetivado de forma concreta se a infraestrutura não for adequada aos anseios dos alunos e da sociedade.

O profissional de Serviço Social no âmbito escolar aparece em algumas instituições de forma despercebida. Mas vemos a necessidade da inserção desses profissionais nessa área para dar melhor visão ao indivíduo de sua situação de ser social diante da sociedade capitalista.

Ao inserir o Serviço Social nas escolas a visão da realidade do indivíduo será diagnosticada através do estudo de cada caso, pois atribui ao Assistente Social a elaboração, coordenação, a execução e avaliação de planos, projetos no âmbito de sua atuação trazendo a participação da sociedade civil. Ao serem diagnosticados e identificados as problemáticas de cada do coletivo, o acompanhamento será de suma importância para que seja sanado ou atenuado as situações encontradas, para que assim haja uma melhoria estrutural ou até mesmo comportamental dos alunos dentro e fora da escola.

É uma intervenção multidisciplinar que abrange toda equipe escolar, Assistentes Sociais, Psicólogos, família, governo, para se ter uma ação com eficácia. Para isso cabe ao Assistente Social também encaminhar as demandas encontradas para a rede de garantia de direitos, se for necessário, para que sejam tomadas providências, dos diagnósticos feitos caso tenha uma situação que seja necessária uma intervenção.

O Assistente Social na escola irá também contribuir para o direcionamento das complexidades encontradas para outras esferas, para isso o profissional irá orientar cada indivíduo ou grupos, a identificar recursos e assim procurar atendimento em relação a defender os direitos sociais. Dessa forma podemos dizer que é possível sanar as dificuldades que provavelmente serão diagnosticadas como, dificuldades financeiras, abuso, violência, dentre outras situações e é nesse contexto que vemos a possibilidade em afirmar que essa contribuição será de grande eficácia.

Uma contribuição para que o direito Constitucional seja melhorado onde a inserção e inclusão do indivíduo dentro das escolas públicas seja crescente diante da situação atual do nosso ensino público.

O Serviço Social escolar terá como principais objetivos, a pesquisa de vida socioeconômica e familiar do aluno e diante desses fatores, entender as complexidades encontradas no âmbito escolar, e assim orientar as famílias no que diz respeito a evasão escolar, indisciplina, infrequência, violência e rendimento, para que sejam formados cidadãos conscientes.

Nesses casos a formação da equipe multidisciplinar é indispensável, assim poderão elaborar programas direcionados às demandas encontradas, um trabalho de equipe que terão como prioridade trazer soluções com relação a violência, drogas, álcool, saúde, sexualidade dentre outros. A articulação com outras esferas também é de suma importância, podemos citar como apoiadores a rede de assistência, comunitária, setores públicos e privados, para que sejam dando assistência ao estudante e sua família suprindo assim, suas necessidades.

A visita social é importante para entender o contexto familiar e o direcionamento das demandas para os respectivos centros de atendimento social, psicológico e até mesmo jurídico.

As classes especiais não podem ser esquecidas nessa articulação pois para eles é necessário uma elaboração e desenvolvimento de programas específicos. Isso tudo sendo feito do que a Lei 8662/93 atribui ao Serviço Social. O planejamento, a organização e administração de benefícios e Serviços Sociais dão ênfase a essas articulações.

Quais seriam as dimensões de intervenções possíveis do Serviço Social nas escolas? Sabemos que as escolas são espaços sociais e que nelas podemos observar o significado do que implica a classe trabalhadora, pois é nela que vemos de forma explícita a articulação direcionada ao trabalho diante da realidade social do indivíduo, onde podemos observar suas necessidades sociais e as problemáticas trazidas pelos alunos, ter como finalidade a articulação dessas situações é dar instrumento para que o indivíduo possa ter uma compreensão da sua realidade e assim poder intervir naquilo que o aflige, juntamente com a equipe multidisciplinar.

Para que isso ocorra faz-se necessário uma ação conjunta entre conselhos comunitários, que tem como finalidade debater, acompanhar e deliberar do que diz a respeito das questões político-pedagógicas, da administração e dos recursos financeiros das escolas, esse conselho é composto por representantes da comunidade escolar e da comunidade local. As ONGS também auxiliam nessas articulações para que o indivíduo possa transformar suas vidas através da educação, isso se faz de uma forma acolhedora.

O Serviço Social nessa dimensão dará um maior suporte, por conta de sua especialidade de leitura de diagnósticos.

Como a escola também é um espaço de inclusão social, o desafio maior é enfrentar esse problema, e para se ter uma solução eficaz se faz necessário a universalidade, com qualidade e estrutura para ofertar ao indivíduo, isso só ocorrerá

se as demandas encontradas na vida social do indivíduo forem sanadas, as manifestações que serão apresentadas poderão ser por fatores já apresentados anteriormente.

Sabemos que muitos desses fatores têm a ver com a condição social do indivíduo, pois, muitas das vezes o aluno se depara com a necessidade de trabalhar para ajudar no sustento familiar.

Essas demandas dependem de cada região e unidade escolar, pois o que difere de cada uma são as demandas com relação a etnia, violência, exploração sexual e a inclusão de portadores de necessidades especiais, para isso se tornar apenas excluído do contexto social do indivíduo é necessário desenvolver projetos para cada uma dessas expressividades por isto a necessidade de trabalho articulado com as redes de assistência sociais do município.

Nesse sentido vemos o Serviço Social como uma ferramenta necessária para compor essa equipe multidisciplinar como um instrumento de apoio, onde as leis estabelecidas sejam cumpridas.

A escola em uma gestão democrática, com a participação da comunidade se faz necessária para um processo de organização e de um bom funcionamento dessa instituição, por isso se vê a importância dessa equipe multidisciplinar e não só essa equipe como também os conselhos escolares que tem a finalidade do zelo pela manutenção e monitoramento com relação as ações de cada dirigente e com isso dar mais segurança na qualidade do ensino e fiscalizar os recursos que são destinados a cada escola e a partir daí abrir uma discussão para que seja efetivados projetos pedagógicos com a equipe escolar; Os Conselhos Deliberativos Escolares (CDE) que asseguram a participação de todos os segmentos com relação as decisões da escola, acompanhando como serão aplicados os recursos financeiros e qual a prioridade dessa aplicação, desse modo esse Conselho trabalha junto ao Conselho Escolar; a Associação de Pais e Professores (APP) que é uma ferramenta para uma gestão democrática, onde a comunidade participa ativamente junto aos

professores na administração da escola , colaborando com atividades destinadas a cultura, lazer, saúde onde a coletividade se envolve.

A disciplina democrática dentro da escola é necessária no sentido de haver coesão e integração; autoestima positiva onde os alunos sejam acolhidos e estimados; autonomia e emancipação; cultivar as boas relações interpessoais; e uma aprendizagem de cooperação e evitar exclusões, ameaças e dominação dos educadores e alunos; não pode haver medo e nem submissão; nenhum aluno e nem o educador deverá ser ridicularizado e humilhado; o silêncio não deve ser uma regra habitual; não deve haver um tratamento diferente no que se diz respeito ao trato pessoal; e nem uma competição interpessoal.

Neste contexto a participação do profissional de Serviço Social ao ser inserido na Política de Educação é de extrema necessidade, pela sua contribuição com seu processo ético-político em uma dimensão de parceria de uma importância fundamental em busca de amenizar as problemáticas dentro da educação pública, no que diz respeito não só nas demandas sociais que serão apresentadas como também no acesso e permanência de crianças e adolescentes dentro das escolas, por isso se faz necessária esta discussão.

Assistentes Sociais e Psicólogos nas escolas são importantes e necessários, porque são profissionais que têm grande contribuição na área da educação, com suas atuações sólidas, estão direcionados a proteção social e contribuem com a efetiva participação, tanto da comunidade como no núcleo familiar e nesse sentido o processo de ensino-aprendizagem terá um crescimento significativo.

Nesse período de pandemia tanto os Assistentes Sociais com os Psicólogos estão diretamente à frente das demandas que se apresentam, principalmente no que diz respeito a saúde mental dos estudantes como de seus familiares e de todos os profissionais dentro do âmbito escolar, pois o medo da Covid 19, gerou no mundo um colapso emocional de grandes proporções e as articulações das redes de proteção foram as que mais se envolveram para que não houvesse um desespero, mas sim um suporte de acolhida e acompanhamento.

Sabemos que a educação básica é um direito de todos que estão em idade escolar, diante disso podemos afirmar que a presença de Assistentes Sociais e Psicólogos nas escolas dará suporte, entre escola, família e comunidade e com isso, sem dúvida nenhuma, contribuir para que as relações sejam de aperfeiçoamento do ensino, convívio escola/família, e por terem o conhecimento técnico de suas atribuições desenvolveram projetos e ações para colocar em prática dentro da escola em união família/escola/comunidade, e assim ver o crescimento dos estudantes para o enfrentamento de suas necessidades básicas e assim progressivamente poder se emancipar diante da sociedade capitalista.

Não podemos nos esquecer que a Educação é um direito e por isso o Estado tem por obrigação que dá um suporte imprescindível para que todas as necessidades de alunos e comunidade sejam atendidas e a maior conquista, para educandos e comunidade é uma equipe multiprofissional onde a inserção de Psicólogos e Assistentes Sociais se faz fundamental.

Dentro das escolas encontramos diversas desigualdades e dificuldades, sem deixar de observar também o estrutural físico e concreto, e diante disso a elaboração de ações e estratégias são necessárias para um bom desenvolvimento no âmbito escolar e para isso a necessidade de Psicólogos e Assistentes Sociais dará uma nova dinâmica nessas elaborações e de certo modo a aprendizagem será mais qualitativa em um contexto global.

A formação continuada de professores, pedagogos, diretores, e todos envolvidos com a educação podem ser feitas pelos Psicólogos e Assistentes Sociais por terem o conhecimento técnico e assim as questões que forem apresentadas com relação ao andamento das situações que chegam até a escola e fora dela possam ser discutidas para que seja encontradas soluções onde a autonomia do docente e direção sejam preservadas na solução das questões que atrapalham a vida escolar.

A efetivação de direitos e políticas públicas que são essenciais para crianças e adolescentes em idade escolar, ganham mais significado diante da presença de Psicólogos e Assistentes Sociais.

A Lei 13.935/2019 é clara quando declara que profissionais de Serviço Social e Psicólogos nas escolas e de extrema importância para a formação de uma equipe multidisciplinar e para que aos alunos sejam incluídos e permaneçam nas escolas, e nesse sentido dá a eles o suporte para superar as desigualdades educacionais e sociais, com isso garantir também o desenvolvimento biopsicossocial de crianças e adolescentes, pois ao garantir o cuidado e a proteção integral dessas crianças e adolescentes se irá respeitar o que diz o ECA no seu art. 53.

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - direito de ser respeitado por seus educadores;

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;

~~**V** - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.~~
(Revogado)

V - acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica. (Redação dada pela Lei nº 13.845, de 2019)

Não podemos deixar que todo esforço de 20 anos de luta para que essa lei fosse aprovada se desfaça diante da perspectiva de 2deputados e um senador, Deputado Gastão Vieira (PROS/MA),Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)e o Senador Luís Carlos Heinze (PP/RS)

Altera dispositivos da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; e dá outras providências. (PL 3339/2021 Deputado Gastão).

Dispõe sobre a atualização da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020. (PL 3418/2021 Deputada, Prof. Dorinha)

Altera dispositivos da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação

Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal. (PL 2751/2021, Senador Luís.)

Essas propostas têm como principal fundamento desconsiderar todo processo de luta, dedicação para que a Lei 13.395/2019 fosse aprovada. É um total desrespeito as aqueles que se esforçaram, dentro da categoria profissional e fora dela e com tudo isso a perda significativa de um desenvolvimento qualitativo e quantitativo de ações de superação do indivíduo dentro do ensino básico da rede pública, deixará de ter um suporte de peso no que diz respeito a emancipação do indivíduo, melhoria na qualidade de ensino e de vida.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) e o CFESS e todas as entidades envolvidas nessa Lei aprovada estão mobilizando para que estas propostas não sejam aprovadas e para isso é necessário o apoio de todos, para que não haja um retrocesso e a mobilização de parlamentares de cada estado se faz necessário a solicitação de uma discussão sobre o assunto é o caminho eficaz.

O sentimento de derrota não pode haver entre os profissionais e entidades ligadas a luta por uma educação consciente, qualitativa, e de qualidade que nossas crianças e adolescentes merecem. Ver o desfecho dessa história de maneira racional e o que queremos, pois, a nossa rede de ensino básico necessita desses profissionais junto em uma formação de equipe multidisciplinar.

O Serviço Social trabalha nas expressões da questão social, para defender os direitos sociais e lutar para que não haja a desigualdade, e certamente no campo da educação esse desafio será visível, esses que são contra a Lei,13.935/2019 certamente são os que estão contra toda essa leitura que o Assistente Social fará dentro das escolas. Que não investe em educação, investira na formação crítica do indivíduo, na construção de uma nova história. É triste ver situações como essa. A pobreza em nosso país é crescente e tudo isso interfere na vida escolar, reconhecer a situação fora da escola é essencial para a permanência dos alunos no ambiente escolar.

É um momento de união de todo coletivo lutar, para que essa Lei não seja derrubada, não podemos deixar que as categorias, mas também a sociedade perca essa nova história que começa com a inserção do Serviço Social e Psicólogos na educação, que irá transformar toda a sociedade com pensamento críticos, com reflexões, com parcerias inovadoras nas construções e projetos e ações a serem formuladas para a melhor participação de uma escola democrática onde todos terão o direito de se manifestarem e buscar para, além dos portais da escola sua nova visão de mundo e de sua realidade.

2.2 - A intervenção do Serviço Social na área de educação: atualidade e desafios

A minha inquietação aos casos que pude presenciar quando exerci a função de Conselheira Tutelar na cidade de Ouro Preto, diante de tanta oficialização de indisciplina nas escolas, lembrando que indisciplina não é atribuição do Conselho Tutelar, mas que por trás dessas indisciplinas poderia haver sim uma violação de direito como também vulnerabilidade social, o apoio de um Assistente Social e de um Psicólogo dentro da escola dará um diagnóstico mais preciso e assim ajudando até mesmo o Conselho Tutelar a enviar encaminhamentos a rede de proteção.

É intensificado vários debates com relação a intervenção do Serviço social na educação e diante desses fatores pode-se ter a vitória da implantação Lei 13.935/2019 em 11 de dezembro de 2019, que está nos termos do parágrafo 5º do art.66 da Constituição Federal. O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e o Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) promoveram vários eventos, publicando documentações para discussões e dar mais orientações sobre o assunto.

Não podemos de deixar de falar um pouco das principais cronologias para que pudéssemos chegar à aprovação da Lei 13.935/2019. Na data de 25 de maio de 2012 o CFESS se mobiliza pela aprovação do PL3688/2000; em 30 de novembro de 2012 o Conselho Federal debate o PL educação em audiência pública; 19 de junho de 2013“Da copa eu abro mão eu quero é educação”: CFESS realiza nova mobilização na Câmara, mas parlamentares novamente não comparecem à sessão

da comissão de Educação; 07 de junho de 2015 PL educação avança na Câmara e vai ao Plenário; 12 de setembro de 2019 PL educação é aprovada na Câmara dos deputados e vai à sanção presidencial; 09 de outubro de 2019 CFESS se manifesta sobre o veto do presidente ao PL educação; 16 de outubro de 2019 entidades de todo o Brasil defendem a PL da educação; e finalmente em 11 de dezembro de 2019 a Lei 13.935/2019 é aprovada.

Lei 13935/19 | Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019.

Art. 1º As redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais.

§1º As equipes multiprofissionais deverão desenvolver ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais.

§2º O trabalho da equipe multiprofissional deverá considerar o projeto político-pedagógico das redes públicas de educação básica e dos seus estabelecimentos de ensino.

Art. 2º Os sistemas de ensino disporão de 1 (um) ano, a partir da data de publicação desta Lei, para tomar as providências necessárias ao cumprimento de suas disposições.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 11 de dezembro de 2019; 198º da Independência e 131º da República.

A Lei 13.935/2019 já está em vigor desde 11 de dezembro de 2019, com 1 ano de prazo para ser cumprida, porém ainda não se vê nenhum movimento do Estado e municípios para sua efetivação nas escolas públicas.

Podemos dizer que essa lei sendo cumprida dará um novo olhar a luta de classes na educação, a formação de equipes multiprofissional que poderá melhorar tanto na qualidade de ensino como também nas mediações de conflitos dentro e fora do âmbito escolar.

A lei também deixa claro que o direcionamento da atuação deverá ser feito do que o projeto-político pedagógico determina em cada instituição, que possa ser bem aproveitado pela equipe, pois se trata de uma regulamentação já configurada pelos aliados capitalista, no meu pensar claro, ou uma dificuldade de elaboração de ações que poderão ser impedidas diante de algumas burocracias do Estado e seus articuladores.

De acordo com lamamoto (2000, p.54), entende-se por questão social o: “[...] conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado.

A preocupação também começa na contratação desses profissionais, pois na Lei não deixa claro se eles serão exclusividade daquela instituição ou se serão profissionais deslocados de outros setores e designados a trabalhar por pequenos períodos na instituição, para atendimentos periódicos.

Para que haja eficácia das ações desses profissionais, essa designação tem que ser efetiva, de encontros diários onde a percepção de comportamentos dos alunos possa ser mais bem observada, a agilidade de encontrar violação de direitos, vulnerabilidade social, agressões, dentre outras as expressões da questão social para que possa ser elaboradas ações a ser feita mais rápida.

Diante de toda a complexidade que o mundo capitalista traz na sociedade temos na questão social em sua totalidade que irar refletir na área da educação, onde o ensino-aprendizagem terá consequências que ao longo do tempo será uma “derrota” para o indivíduo diante da sociedade capitalista.

A necessidade de profissionais qualificados para que a essas demandas tenham respostas e ações eficazes é uma conquista atribuída às inúmeras manifestações dos Conselhos, profissionais da área de assistência e psicologia diante de todo o contexto do ensino no país, e isso tudo condicionado a tudo que rodeia o indivíduo condições sociais e culturais.

Temos que fazer desse espaço uma democracia, onde todos os envolvidos reflitam sobre as problemáticas e encontrem soluções e ações a serem aplicadas. A ajuda da equipe multiprofissional e disciplinar nesse contexto dará ao indivíduo a oportunidade de reflexão para entender suas situações e conflitos em coletivo para as demandas apresentadas. O profissional de Serviço Social terá que fazer um estudo social da família daquele (a) aluno (a) para entender melhor as atitudes comportamentais, seu desempenho escolar como também entender o motivo da evasão e infrequência.

É muito importante discutir sobre a problemática da evasão escolar, posso aqui citar uma experiência que tive em 1999, quando lecionei em uma escola da zona rural de Mariana em subdistrito chamado Vargem. A escola que eu lecionava era multisseriado, de 1º ao 6º ano, era uma escola pequena com poucos alunos e um deles me chamava atenção por nunca ter saído do 1º ano mas, que sabia todos os conteúdos de todas as séries. Havia uma época do ano que esse aluno faltava muito e fui investigar. Descobrir que quando era época de colheita o referido aluno não comparecia a escola porque ajudava os pais naquela tarefa. Entrei em contato com a secretaria de educação de Mariana e relatei a situação. Estudamos o caso e encontramos uma solução para este aluno pois, ele não poderia mais estar naquela série por conta da idade. Resolvemos em conjunto aplicar provas de cada série em meses diferentes, mas informando ao aluno que ele não poderia faltar nos dias dessas aplicações e assim foi feito com resultados excelente nas provas.

Diante desse exposto observei como a intervenção do coletivo é importante, entender as situações vividas fora do contexto escolar é importante e o Assistente social tem essa capacidade desse estudo.

A proposta principal é ofertar ao aluno programas estudantis que lhe cause interesse que o faça sentir bem dentro da escola e conseqüentemente dentro do âmbito familiar, pois a evasão escolar pode não era somente uma problemática relacionado ao contexto familiar. A necessidade de profissionais de Assistência Social e Psicologia dentro das escolas será um suporte para além do ensino pedagógico, isso é uma realidade.

É necessário também levar em conta a relação cultural desses indivíduos pois sua totalidade se difere dos outros. Temos nossas diferenças sim, e saber lidar com elas e aprender a respeitar a do outro. O trabalho dessa nova equipe não será fácil, mas certamente será produtivo e conseqüentemente eficaz.

É fundamental a inserção desses profissionais na política educacional para haja enfrentamento das questões sociais que estão presentes nas escolas, além também da preocupação com relação ao espaço estrutural de algumas escolas brasileiras.

É necessário a discussão entre professores, gestores para o entendimento do trabalho que será desenvolvido pelos Assistentes Sociais e Psicólogos dentro das escolas e assim compreenderem a importância que esses profissionais, neste contexto, poderão auxiliar nas dificuldades enfrentadas e ao saber entender as condições sociais, culturais e econômicas de cada indivíduo ali inserido, partirem para articulações de ações coletivas de enfrentamento, lutando em conjunto contra os interesses do capitalismo e sua opressão.

Sabemos que hoje em dia as famílias não são mais tradicionais, a configuração familiar tem se diferenciado ao longo dos anos, mães que são pais, pais que são mães, famílias extensas, casais homossessuais que configuram a sociedade atual.

Nesse pressuposto, o profissional de Serviço Social contribuirá para uma educação de integralidade pois, há situações que desenvolvem a discriminação desses indivíduos de famílias “diferentes”. Entender e respeitar o outro é necessário. Desenvolver projetos e ações que ajudem a especificar essas diferenças como uma situação real que não faz ninguém superior ao outro é indispensável, falo sobre isso porque há muitos casos nas escolas que essas situações também causam conflitos. Por isso a gestão democrática é uma articulação a ser desenvolvida nas escolas.

O Assistente Social deve ir além dos problemas sociais, é um momento de programas de prevenção um encontro de realidade social, familiar e comunitário. Por que falar disso? Bem a realidade social tem se diversificado a todo momento e suas problemáticas tem se intensificado porque muitos não entendem sua real situação e não buscam soluções para enfrentá-las, e não tendo um suporte, não questionam sua situação.

Esse é um desafio para o assistente social nas escolas públicas de ensino pois é um momento de explorar esse novo desafio, pois as ações serão efetivadas pelo coletivo. O profissional de Serviço Social nesse momento será um parceiro de psicólogos, pedagogos, Direção e Supervisão.

O entendimento que deve haver entre esses profissionais e que fazem parte de um processo ensino/aprendizagem. Que todo trabalho será em conjunto com o objetivo de garantir que o aluno permaneça na escola, que a educação seja de se qualifique mais e por consequência uma emancipação do indivíduo diante da sociedade que está inserido.

Com as famílias a intervenção se dará de modo a orientar sua aproximação com a escola, que diante desse fato as dificuldades encontradas por seus filhos. O ECA deixa isso bem explícito quando diz que: “É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais”. (Lei 8069. 1990).

A família participando ativamente do processo educacional de seus filhos dará um suporte maior as ações que venham ser desenvolvidas pelos Assistentes sociais e o conjunto que compõe toda equipe multiprofissional das escolas e, para que isso ocorra é necessário que haja interesse do aluno e nessa hora que o diálogo é importante.

É um desafio grande ao profissional de Serviço social usar de suas habilidades e competências para o fortalecimento democrático dentro das escolas onde seu maior desafio será estimular a participação de todos os envolvidos, todo corpo técnico da escola, aluno, família e comunidade.

Serão ações pautadas na ética profissional, princípios fundamentais para sua atuação dentro das escolas. Podemos dizer que a figura do Assistente Social nas escolas públicas e ensino será de promover ingresso e permanência desses alunos dentro das escolas, autonomia, direito e cidadania.

Conclusão

Ao iniciar esse trabalho fiquei atenta as perspectivas que seriam encontradas por conta das minhas inquietudes com relação as causas das indisciplinas nas escolas. Ao longo do desenvolvimento desse trabalho pude perceber que muitas questões estavam relacionadas ao sistema capitalista que é perverso, alienador e explorador.

Sua junção com o Estado para as formulações dos projetos de lei com relação ao sistema educacional é de extrema gravidade. Essas formulações são direcionadas a formar indivíduos para o trabalho, sem qualquer perspectiva de questionamento de seu entendimento com ser social na sociedade capitalista.

Ao ler o livro de István Mészáros percebi que a educação pode ser emancipadora, que ela deve ser para além da sala de aula, para além do capital onde o indivíduo terá oportunidade de entender sua real situação dentro da sociedade. Ao ensinar o professor precisa fazer com que o aluno compreenda que ele é passível de mudanças pois, esse ensino de certa forma é uma intervenção, não é de uma hora para outra que o mundo se transformara, mas sim ao ensinar sejam trazidas transformações para o indivíduo para que de certa forma ao ter uma nova visão do seu mundo ele possa o transformar, e partir desse momento começar sua emancipação. Não é somente uma transferência de conhecimento, mas sim o momento de criar possibilidade de uma nova construção de sua história.

Uma educação amplificada dará ao indivíduo a oportunidade de se reconhecer como um ser social sendo capaz de tomar suas próprias decisões através do seu questionamento sobre suas necessidades.

O profissional de Serviço Social nas escolas é uma grande conquista e saber que esses profissionais terão a capacidade de elaborar e executar programas que irão orientar as famílias, a sociedade em uma prevenção da evasão escolar com a finalidade de melhorar tanto o desempenho, como o rendimento escolar dos alunos para que tenha uma formação para a cidadania.

A participação efetiva da equipe multidisciplinar também terá a oportunidade elaborar programas de prevenção tanto da violência com o uso de drogas, alcoolismo e esclarecer sobre as doenças infectocontagiosas e tudo relacionado a saúde pública.

Saber que essas ações e articulações ajudaram para o encaminhamento de pais e alunos em atendimentos para suprirem suas necessidades é muito importante.

Visitas sociais como forma de ampliar o conhecimento do cotidiano da família dos alunos ali inseridos e de suma importância para uma melhor assistência social e psicológica para encaminhamentos adequados. Ao pesquisar a vida socioeconômica e familiar e a oportunidade do conhecimento da população que está inserida na escola. Com relação as classes especiais a elaboração e o desenvolvimento de programas específicos se tornaram mais efetivos.

Todas essas informações citadas acima são as atividades que poderão ser desempenhadas pelos profissionais de Assistência Social nas escolas.

As demandas que vem do setor educacional são representatividade da vida social do aluno, daí a nossa maior necessidade de um trabalho preciso com crianças e adolescentes e suas famílias, é, portanto, nesse momento a participação de toda equipe multiprofissional.

A função do Assistente Social nesse contexto terá a responsabilidade de orientação aos diretores, coordenadores, professores pais e alunos do cumprimento

e seguimento do papel social, para que seja respeitado e entendido o direito que cabe a cada um e assim escola e família se aproximaram mais. Fundindo todos esses elementos a contribuição do assistente social e psicólogos dentro da escola é um respaldo importante para uma melhoria na qualidade do ensino e convivência dentro e fora da escola pois ao conseguirem motivar o indivíduo a praticar a cidadania para reestruturação das problemáticas encontradas para que a essência do âmbito escolar não se perca.

Se faz necessário adequar a realidade da sociedade de cada aluno, para que as ações e projetos se fundam em uma forma de conhecimento do seu próprio eu, de suas dificuldades e necessidades e através de tudo isso emancipar o indivíduo e conseqüentemente as famílias e a sociedade, isso significa que a educação passara para além da sala de aula, e com essa conquista, para além do capital.

Concluo meu trabalho na certeza de que a inserção do Serviço Social nas escolas é uma conquista que vai além da subjetividade do indivíduo, mas de um conhecimento de suas forças ocultas que o sistema capitalista, como explorador e alienador não deixa que seja percebido pelo ser social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

A educação contemporânea, o combate à pobreza e as demandas para o trabalho do assistente social: contribuições para este debate. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 113, p. 106-130, jan./mar. 2013.

A mediação de conflitos na educação numa perspectiva dialética e a prática da orientadora educacional. RPGE– Revista online de Política e Gestão Educacional, Araraquara, v. 23, n. 3, 561-575, set./dez., 2019. E-ISSN: 1519-9029 DOI: 10.22633/rpge.v23i3.12483

BURGUET, Marta. **Diante do Conflito...Uma aposta na educação** (2005, p.42) **Capacitação em Serviço social e política Social**. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2262083> acessado em 18 de outubro de 2021.

<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1821> acesso em 28 de junho de 2021.

<https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2300570> /15 de novembro de 2021e

<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1852> / acesso em 21 de outubro de 2021.

<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1853>/acesso em 23 de setembro de 2021.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.a

Educação em tempos de exclusão. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. São Paulo: Cortez, 2001.

Espaço temático :**Direito à educação Pública, Democracia e Lutas Sociais: Educação e trabalho no Brasil: a perspectiva defendida pelo capital para a formação dos trabalhadores**; DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592019v22n3p479>

Estado, Reforma Administrativa e Mercantilização da educação e das políticas sociais. *Geminal*, **Marxismo e educação em debate**, v.13, n.1, p.9-29, abr. 2021.

Financeirização da política educacional em tempos de Neoliberalismo: Cidade Universitária da Universidade Federal do Maranhão CEP: 65 085 - 580, São Luís, Maranhão, Brasil Fone (98) 3272-8666- 3272-8668

FRIGOTTO, Gaudêncio. São Paulo: Cortez, 1993. _____. **Educação e crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2006. _____. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

IAMAMOTO. Marilda Vilela. **O Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação**. São Paulo, 2012.

IASI, M. L. **Educação e consciência de classe: desafios estratégicos. Perspectiva**, Florianópolis, v. 31, n. 1, p. 67-83, jan./abr. 2013.

KOSIK, Karel – **Dialética do Concreto**.2s ed., São Paulo :Paz e Terra, 1976.

LUKACS, G. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2010. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.
MANRIQUE CASTRO. Manoel. **História do Serviço Social na América Latina**. São Paulo, 2011

MARTINELLI. Maria Lúcia. **Identidade e Alienação**. São Paulo, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. 1968. v.1. p.8-17.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

NETTO. José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo, 2011.

NETTO. José Paulo. **A construção do projeto ético político contemporâneo**. 2015

<https://www.politize.com.br/future-se-entenda-a-nova-proposta-do-mec/> acesso em 15 de julho de 2021

<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/52641>, acesso em 01/11/2021. Page 5. MACEDO | Políticas educacionais e a questão do acesso ao ensino superior... | 30 cadernos de campo, vol.28, n,2, São Paulo, 2019. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/52641>>.

<https://pt.scribd.com/document/270345958/RESUMO-Texto-Cinco-Notas-a-Proposito-Da-Questao-Social> acesso em 15 de dezembro de 2021

<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/791720123/lei-13935-19/> acesso em 18 de julho de 2021.

<https://queestadoqueremos.org/entenda-a-reforma-administrativa/> acesso em 10 de novembro de 2021.

<https://ufmg.br/comunicacao/noticias/ufmg-tem-sete-projetos-em-andamento-na-corrida-pela-vacina-brasileira-contra-a-covid-19/> acesso em 18 de novembro de 2021

